



ANA PAULA DE OLIVEIRA MELO

**MULHERES NA GESTÃO PÚBLICA: ORÇAMENTO PÚBLICO
SOB O VIÉS DE GÊNERO NO CONTEXTO PANDÊMICO DA
COVID-19**

**LAVRAS – MG
2023**

ANA PAULA DE OLIVEIRA MELO

**MULHER NA GESTÃO PÚBLICA: ORÇAMENTO PÚBLICO
SOB O VIÉS DE GÊNERO NO CONTEXTO PANDÊMICO DO
COVID-19**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Lavras, como parte das
exigências do Curso de Administração Pública, para a
obtenção do título de Bacharel.

Prof. Dr. Janderson Martins Vaz
Orientador

Ma. Karina Kelen da Cruz
Coorientadora

LAVRAS-MG
2023

ANA PAULA DE OLIVEIRA MELO

**MULHER NA GESTÃO PÚBLICA: ORÇAMENTO PÚBLICO SOB O VIÉS DE
GÊNERO NO CONTEXTO PANDÊMICO DA COVID-19**

**WOMAN IN PUBLIC MANAGMENTE: PUBLIC BUDGET UNDER THE GENDER
BIAS AND COVID-19 PANDEMIC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Lavras, como parte das
exigências do Curso de Administração Pública, para a
obtenção do título de Bacharel.

APROVADA em: 13/07/2023

Prof. Dr.: JANDERSON MARTINS VAZ

UFLA

Prof. Dr.: CARLOS EDUARDO STEFANIAK AVELINE

UFLA

Ma. KARINA KELEN DA CRUZ (Coorientadora)

**Prof. Dr. Janderson Martins Vaz
Orientador**

**Ma. Karina Kelen da Cruz
Coorientadora**

**LAVRAS-MG
2023**

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo compreender as características da participação feminina sobre o orçamento público municipal no contexto da pandemia do covid-19. Para isso, o trabalho explorou a questão dos orçamentos alocados pelos Municípios da microrregião de Lavras-MG nos anos de 2020 e 2021, que é composta por 9 cidades, sendo elas, o próprio município de Lavras, Luminárias, Ingaí, Itumirim, Itutinga, Ijaci, Carrancas, Nepomuceno e Ribeirão Vermelho. A pesquisa foi realizada baseando-se nos trabalhos de Funk e Philips (2019) que projeta a diferença entre gestões masculinas e gestões femininas quanto a alocação de recursos, de forma que a tese é que mulheres e homens tem uma tendência a alocar orçamentos em áreas diferentes, sendo mulheres em áreas como saúde, educação e assistência social e homens em obras, esporte, lazer e agricultura. Além de se basear no artigo realizado por Pimenta e Vaz (2021) que traz a descrição do artigo supracitado, que filtra as alocações de 4 Municípios da microrregião e correlaciona os dados de acordo com o gênero e os números expostos pelo TCE. Os dados necessários para a realização deste estudo foram obtidos no FINBRA (Finanças dos Municípios) do portal SICONFI em que as despesas empenhadas são apresentadas, sendo que são valores totais nas áreas estudadas. Ao final, foram organizadas tabelas que mostram os dados de cada um dos nove municípios e os gastos nas gestões de 2020 e 2021, sendo que são anos com gestões diferentes e ainda avaliando se houve interferência da pandemia quanto aos gastos. Foi encontrada uma maior alocação em saúde na maioria dos municípios, dado isto, pode-se levar em consideração que tal ação se deve à pandemia da covid-19.

Palavras-chave: Orçamento Público, Gestão Feminina, COVID-19

ABSTRACT

The present study aimed to understand the characteristics of female participation in municipal public budgeting in the context of the COVID-19 pandemic. To achieve this, the study explored the issue of budgets allocated by municipalities in the microregion of Lavras-MG in the years 2020 and 2021. The microregion consists of 9 cities, namely Lavras, Luminárias, Ingaí, Itumirim, Itutinga, Ijaci, Carrancas, Nepomuceno, and Ribeirão Vermelho. The research was conducted based on the works of Funk and Philips (2019), which project the difference between male and female administrations in terms of resource allocation. The thesis is that women and men tend to allocate budgets in different areas, with women focusing on areas such as health, education, and social assistance, while men prioritize infrastructure, sports, leisure, and agriculture. Additionally, the study relied on the article by Pimenta and Vaz (2021), which describes the aforementioned work, filtering the allocations of 4 municipalities in the microregion and correlating the data based on gender and the numbers provided by the TCE (State Court of Auditors). The projected data were analyzed using FINBRA (Municipal Finances) from the SICONFI portal, where the committed expenses are presented as total values in the studied areas. Furthermore, information regarding the executive and legislative branches was collected from the municipalities' websites, comparing it with the previous year's data as presented in the work by Vaz and Pimenta (2021). In the end, tables were organized showing the data for each of the nine municipalities and the expenditures during the administrations of 2020 and 2021, taking into account that these were years with different administrations, while also assessing whether the pandemic had an impact on the expenditures. A higher allocation in healthcare was found in most municipalities, suggesting that this action can be attributed to the COVID-19 pandemic.

Keywords: Public Budget, Female Administration, COVID-19

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Coleta de Dados (IBGE, 2023).....	18
Tabela 2 - Número de mulheres prefeitas e vereadores em porcentagem relativos aos anos de 2020 e 2021 mm.....	19
Tabela 3 - Despesa empenhada <i>per capita</i> por função de governo no município de Luminárias-MG no período 2020-2021.....	20
Tabela 4 - Despesa empenhada <i>per capita</i> por função de governo no município de Lavras-MG no período 2020-2021.....	20
Tabela 5 - Despesa empenhada <i>per capita</i> por função de governo no município de IJACI-MG no período 2020-2021.....	21
Tabela 6 - Despesa empenhada <i>per capita</i> por função de governo no município de Nepomuceno-MG no período 2020-2021.....	22
Tabela 7 - Despesa empenhada <i>per capita</i> por função de governo no município de Ribeirão Vermelho-MG no período 2020-2021.....	22
Tabela 8 - Despesa empenhada <i>per capita</i> por função de governo no município de Itutinga-MG no período 2020-2021.....	23
Tabela 9 - Despesa empenhada <i>per capita</i> por função de governo no município de Itumirim-MG no período 2020-2021.....	23
Tabela 10 - Despesa empenhada <i>per capita</i> por função de governo no município de Ingaí-MG no período 2020-2021.....	24
Tabela 11 - Despesa empenhada <i>per capita</i> por função de governo no município de Carrancas-MG no período 2020-2021.....	25
Tabela 12 - Despesas empenhadas nos municípios nos anos de 2020 e 2021, exemplificando as funções de governo sendo femininas ou masculinas.....	25

LISTA DE SIGLAS

CONASEMS – Conselho Nacional de Secretárias de Saúde

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Anual

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PPA – Plano Plurianual

TCE – Tribunal de Contas do Estado

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
2.1. ORÇAMENTO PÚBLICO NO BRASIL.....	10
2.2. HISTÓRICO DA ASCENSÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO	11
2.3. MULHERES NA GESTÃO PÚBLICA E PANDEMIA DA COVID-19.....	14
3. METODOLOGIA.....	16
3.1. AMOSTRA E OBJETO DE ESTUDO	16
3.2. COLETA E ANÁLISES DE DADOS	17
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	18
4.1. ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE LUMINÁRIAS	18
4.2. ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE LAVRAS	19
4.3. ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE IJACI	20
4.4. ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE NEPOMUCENO.....	20
4.5. ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO VERMELHO	21
4.6. ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE ITUTINGA	22
4.7. ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE ITUMIRIM	22
4.8. ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE INGAÍ.....	23
4.9. ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE CARRANCAS	23
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	28

1. INTRODUÇÃO

Em 2019 surgiu na cidade de Wuhan na China os primeiros casos de infecção pela COVID-19, em um primeiro momento, acreditava-se que a transmissão teria ocorrido de animais para os humanos, tendo em vista que os vírus da família “coronavírus” afetam em sua grande parte os animais.

O vírus começou a se espalhar não só pela China ou pelo continente Asiático, mas por todo o resto do mundo. Foram diagnosticados casos na Europa, uma vez que já em janeiro de 2020 o vírus já havia se espalhado pela Itália e em fevereiro já era o segundo país com o maior número de casos positivos, além de mortes pelo mundo todo. Então, o vírus mostrou seu potencial de letalidade, tendo em vista que em março a Itália se tornou o país com o maior número de óbitos confirmados em decorrência do coronavírus no mundo, chegando a mais de 700 mortes diárias.

No Brasil, foi no dia 26 de fevereiro de 2020, que o então Ministro da saúde, Luiz Henrique Mandetta, anunciou em coletiva de imprensa o primeiro caso em São Paulo, tratava-se de um homem de 61 anos. Posteriormente, os pacientes com síndromes gripais e respiratórias advindos de países da Ásia e Europa passaram a ser considerados suspeitos e foram monitorados pelos órgãos de saúde pública. Desta forma, o governo teve que começar a investir financeiramente em métodos para enfrentamento da pandemia, uma vez que os casos aumentaram e conseqüentemente a busca pelo atendimento no sistema de saúde.

Dessarte, com o aumento de casos e internações desde o início da pandemia, conseqüentemente, o número de gastos na saúde pública aumentou de forma excessiva, em virtude da contratação de mais médicos, enfermeiros, técnicos e profissionais de saúde em geral. Além disso, ainda pode-se ressaltar as despesas com as medicações, aparelhos e métodos que permitem aos pacientes a melhora de seus quadros de enfermidade.

Dos profissionais supracitados, segundo o Conselho Nacional de Secretárias de Saúde (CONASEMS) a maioria é do sexo feminino, representadas em 65% dos mais de 6 milhões de profissionais no país, espaço que as mulheres vêm conquistando desde 1970 (CONASEMS, 2020). No entanto, a pandemia reforçou a desigualdade entre sexos no mercado de trabalho, tendo em vista que, segundo os dados da Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios (PNAD), no final de 2019 elas estavam em 53,3% frente ao mercado de trabalho, e pós pandemia, já em 2020, o número caiu para 45,8%, e, portanto, sendo considerada a taxa mais baixa desde 1991 (PNAD)

Os dados da PNAD e CONASEMS evidenciam a existência da distinção entre a participação masculina e feminina no mercado de trabalho, mas além disso denotam que essa distinção abrange outras questões. Na Administração Pública, por exemplo, estudos como os de Funk e Philips (2019) e Pimenta e Vaz (2021) discutiram a participação feminina na gestão do orçamento público. De acordo com Funk e Philips (2019) mulheres e homens podem ter gestões diferentes perante o poder executivo, como na alocação de despesas, por exemplo.

Ainda segundo Funk e Philips (2019), as áreas em que os recursos públicos são colocados possuem pesos diferentes, como as áreas da saúde, educação e assistência social, que são dadas como áreas femininas, enquanto os prefeitos do sexo masculino têm prioridades em infraestrutura, esportes e agronomia. Além disso, os autores ainda frisam que o legislativo composto por mulheres também possui interferência na maneira como são alocados os gastos dos municípios.

Isto posto, faz-se necessário analisar os pressupostos de Funk e Philips (2019) no que diz respeito à gestão pública sob um viés de gênero, e ainda estudar a questão da pandemia e a influência da mesma sobre e além de rever os resultados do trabalho realizado por Funk (2020) já em momento ativo de pandemia. Assim, o presente trabalho tem como objetivo responder à questão: quais as características da participação feminina sobre o orçamento público municipal no contexto da pandemia do covid-19?

A base para análise e respostas a esta questão serão pautadas na tese de Funk e Philips (2019; 2020) e no artigo de Pimenta e Vaz (2021). A pesquisa será realizada tendo como objeto de estudo os municípios da microrregião de Lavras – MG.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta fase do trabalho apresenta a teoria base da pesquisa. A princípio é exposto sobre o Orçamento Público a nível nacional, perpassando pela história da luta feminina durante os anos e a ascensão da mulher no mercado de trabalho, principalmente nas posições públicas, e por fim, os efeitos da pandemia nesse cenário.

2.1. ORÇAMENTO PÚBLICO NO BRASIL

Segundo o Portal da Transparência, o Orçamento Público é o meio em que o governo usa para demonstrar os gastos e as arrecadações por meio de tributos (impostos, impostos, taxas, entre outros), e é por ele que as despesas são especificadas e previstas, oferecendo um planejamento a curto e a longo prazo, como é o caso da Lei Orçamentária Anual (LOA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e do Plano Plurianual (PPA). É então através deste prévio planejar que a garantia por serviços e políticas públicas são assegurados. Com esta ferramenta é possível ter a estimativa de quanto o governo irá arrecadar durante o ano, sendo possível fixar as despesas para que não seja gasto mais do que se arrecadou, além de oferecer a oportunidade de fiscalização do dinheiro público ao cidadão.

Mediante a isto e visto a importância do planejamento e gestão no que tange às contas públicas, a Lei complementar 101 de 04 de maio de 2000 pressupõe isto em seu art. 1º, § 1º, o qual expõe no Art. 1º.

Art. 1º “Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliárias, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar. (BRASIL, 2000).

Se tratando ainda dos orçamentos e a obrigação legal, o Art. 2º da Lei Orçamento (1964) exige que receitas e despesas de forma previstas e fixadas consecutivamente devam ser previamente estabelecidas por forma documental.

Desta maneira, o governo em suas gestões de acordo com o Art. 165 da Constituição de 88 estabelece a criação, anual (LOA), de dois em dois anos (LDO) e de quatro em quatro anos, que é o caso do plano plurianual.

Dessarte, esses tramites devem ser feitos nas três esferas, tendo em vista que o planejamento e a forma de gestão conduzida através da LOA, PPA e LDO trazem segurança ao poder executivo e transparência ao poder legislativo, sendo capaz ainda de mostrar à sociedade civil a sua base orçamentária. É por meio desses que todas as atividades e a execução dos mesmos possuem transparência e monitoramento, sem contar que permite um controle das despesas e receitas. Como prevê o Art. 70 da Constituição de 88 em que diz Art. 70.

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder, (BRASIL, 1988).

Sendo assim, o Art. 74, parágrafo I também da constituição de 1988, incube o poder de fiscalização aos poderes Legislativo, Judiciário e ao executivo, de forma que haja observância sobre o cumprimento das metas expostas no PPA e se os programas nele previstos estão sendo executados.

2.2. HISTÓRICO DA ASCENSÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO

Indubitavelmente, a luta feminina aliada à expansão da mulher no mercado de trabalho é algo que vem recebendo uma maior atenção durante as últimas décadas. É indispensável admitir que o crescimento da mulher nesse meio está estritamente relacionado a fatores culturais, demográficos e também econômicos (SOARES; MELO; BANDEIRA, 2014).

Ainda em conformidade a Soares, Melo e Bandeira (2014), é possível observar que os autores perpassam por uma análise que discorre acerca da trajetória da mulher desde o primeiro Censo realizado em 1972, sendo apresentado pelas autoras que cerca de 52% das mulheres da época eram empregadas domésticas e costureiras. Ainda, nos Censos realizados em 1872 e 1900, o nível que se obtinha em relação à ocupação feminina era de 73%, fator esse que foi reduzido para 17% na década de 20 desse mesmo século, (SOARES; MELO; BANDEIRA, 2014).

Essa problemática, segundo as autoras, ocorreu porque nos primeiros recenseamentos inúmeras mulheres que tinham como ocupação o trabalho doméstico não remunerado estavam enquadradas nessa categoria. E, então, durante os anos de 1920 e 1970 tivemos poucas alterações no percentual de ocupação feminina, visto que o número foi de 16,7% para 18,5% (SOARES; MELO; BANDEIRA, 2014), tais mudanças se deram devido processos de reestruturação do mercado de trabalho feitas por Getúlio no intuito de tornar menos burocrático e desenvolver mais empregos.

No entanto, foi em 1932 que foi criado um decreto (lei nº 21.417), que permitiu que a mulher tivesse direito trabalho nas indústrias, em campos comerciais, áreas públicas e particulares, porém era proibido que este vínculo de trabalho fosse exercido entre 22:00 horas e 5:00 horas, além de proibir trabalhos que exigiam força física. Foi a partir disso que as mulheres começaram a ocupar diferentes cargos dentro das indústrias, farmacêuticas, siderúrgicas e outras, tudo isso devida industrialização do país na época.

Dessa forma, nota-se que a concentração das mulheres em determinadas áreas eram consequências do modo em que se desenvolvia a estrutura produtiva do país. Entretanto, Saffioti (2013) salienta que o processo de urbanização do início do século não teve resultados precisos no crescimento da mulher nas áreas destinadas a força do trabalho. Isso porque, foi durante os anos de 1930 e 1950 que houve um crescente número de mulheres desempenhando atividades não remuneradas e, por conseguinte, obteve-se uma queda nas áreas econômicas que eram remuneradas.

Nesse período, portanto, a indústria estava concentrada, majoritariamente, na mão de obra masculina, de modo que as mulheres ocupavam atividades pré-estabelecidas tradicionalmente; como, por exemplo, os serviços domésticos, sociais, educacionais e de saúde; sendo que, tal problemática é ainda uma discussão hodierna considerando que grande parte desses campos são ocupados pela presença feminina.

Sob um parâmetro histórico, foi a partir dos movimentos sociais e políticos que as mulheres puderam, entre os anos 60 e 70, ascender socialmente no campo do trabalho. Isso porque as mudanças estruturais e culturais da época impulsionaram uma maior escolarização e inserção da mulher nesse campo. Ademais, fatores educacionais foram imprescindíveis para a luta feminina em busca de espaço e de visibilidade na sociedade.

De acordo com a literatura nacional descrita por Bruschini e Lombardi, (2001) o aumento do nível da mulher no mercado de trabalho tem como base o também aumento da mesma quanto o nível de escolaridade, tudo isso graças a evolução dos valores da mulher

perante a sociedade e os direitos garantidos mediante a constituição. Além de tirar o papel exclusivo de que a mulher só serve para cuidar dos afazeres de casa e cumprir diversas gestações e ter que ficar em casa para educação dos filhos. O que levou ao aumento do uso de contraceptivos entre as mulheres, o que conseqüentemente diminuiu o número de mulheres com vários filhos e as tornaram mais disponíveis e acessíveis o mercado de trabalho e as atividades econômicas.

Além disso, fatores econômicos acarretaram na crescente participação feminina no mercado de trabalho durante a década de 80, visto que a ideia era combater o forte empobrecimento que ameaçava as famílias brasileiras (LEONE, 1997).

No entanto, luta feminina para inserção nas instituições políticas tem como ponto importante o direito ao voto, pois antemão mulheres não tinham direito ao voto. Porém, ativistas como Olympe de Gouges lutaram para que os direitos fossem iguais e a mulher pudesse ter direito a participação na política e a possuir cargos políticos na França por volta de 1789, o que incentivou outras mulheres a lutarem por seus direitos (PIMENTA; VAZ, 2020).

Tal movimento foi se espalhando pelo mundo e a partir disso houve três ondas, sendo que a primeira ocorreu entre o final do século XIX e o início do século XX, que levou ao movimento sufragista que consistia em uma campanha realizada por mulheres, e este movimento reivindicava direitos políticos as mulheres, especialmente o direito de votar e de ser votada. A segunda deu-se entre 1960 e 1980, onde as mesmas lutaram contra a opressão vinda do sexo masculino e o direito de igualdade. Mais tarde entre 1990 e 2000 ocorreu a luta por direitos de mulheres negras, trabalhadoras e lésbicas, (MONTEIRO, 2017; GALLETI 2014; ALMEIDA, 2019; PIMENTA; VAZ, 2020).

Desta forma as mulheres foram conquistando seu espaço na política e no meio público. No Brasil a eleição da primeira mulher presidenta no país é um marco a ser destacado quando se trata de conquistas femininas, o fato ocorreu no ano de 2010, quando a então candidata Dilma Rousseff foi escolhida democraticamente por meio das urnas como primeira mulher a assumir o cargo político mais alto dentro do país (MONTEIRO; GRUBA,2017).

Segundo o Senado (2020) nas eleições de 2020 houve um recorde de candidatas do sexo feminino para a disputa pelas prefeituras e câmaras municipais, além do aumento de mulheres eleitas, o número de reeleição e de candidatas na disputa em segundo turno também cresceu. Ainda segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de 2020 mostraram que em primeiro turno 12,2% das eleitas ao executivo foram mulheres, ultrapassando o de 2016 que havia sido de 11,57%.

Com a obrigatoriedade do cumprimento da cota destinada as mulheres, onde devem ser reservadas por partidos políticos, de acordo com a Justiça Eleitoral (2020) o pleito no ano de 2020 representava 33,6% de candidatas do sexo feminino, superando as últimas eleições, em que não ultrapassaram 32% de candidatas.

De acordo com os dados do TSE (2022) no Brasil as mulheres representam 52,65% do eleitorado, enquanto os homens representam 47,34%. Sendo assim é importante ressaltar que mesmo que a longo prazo as mulheres têm vindo ocupando os seus espaços dentro das instituições públicas e políticas, efeito das lutas de mulheres ao longo dos anos.

2.3. MULHERES NA GESTÃO PÚBLICA E PANDEMIA DA COVID-19

De acordo com Funk e Philips (2019) após a federalização, as funções dos gestores ficaram mais complexas, sendo assim, analisar as gestões sob um viés de gênero torna-se interessante, e entender ainda se a questão de mulheres nos governos municipais traz diferentes formas de governabilidade na administração pública e se isso implica em prol de governo voltado para as mulheres (PIMENTA; VAZ, 2020).

Ramos (2014, *apud* Pimenta e Vaz, 2020), acredita que as mulheres tem uma visão diferente na questão política, além de possuir preferências contrárias a que os homens tem. E a eleição das mesmas no âmbito municipal pode trazer experiências diferentes nas gestões, tanto na aplicação, quanto para a criação de políticas públicas.

Meier e Funk (2017, *apud* Pimenta e Vaz, 2020) idealizaram que a mulher eleita promove uma gestão voltada para pautas femininas, a partir disto os autores procuraram entender, através de uma pesquisa realizada no Brasil se a representatividade feminina, faria com que o acesso aos cargos públicos traria diferença ao governo. Assim, é possível observar que as gestões que possuem comandos de mulheres tiveram políticas públicas voltadas contra a violência doméstica, saúde, assistência social e educação básica, isto em cidades em que as mulheres são mais presentes no executivo e legislativo.

Como já descrito, no ano de 2020 houve o início de uma pandemia em nível mundial, e de alguma forma além da saúde pública, ela trouxe desafios para a administração pública. Funk (2020), em um trabalho realizado após o início da pandemia relata que nos Estados Unidos, prefeitas mulheres adotaram políticas proativas, ou seja, aplicaram formas resolutivas antes mesmo do problema se estender, além da inovação que junto com as políticas proativas evitaram surtos locais e amenizaram razões sociais e econômicas nos municípios de seus domínios.

Como forma de gerir proativamente, foram observados as quatro características principais em resposta a ação das mesmas. A princípio, as prefeitas demonstraram uma liderança a frente das demais, com propostas para inibir o problema, mesmo com a resistência. Em segundo plano, elas defenderam decisões transparentes com base em todas as esferas do governo. Em terceiro lugar, comunidades vulneráveis foram protegidas por ações tomadas por elas, a fim de reduzir a disparidade. E por último, elas compartilharam suas ações e a eficácia das mesmas com as demais, além de mostrar as lições aprendidas, o que trouxe exemplo para outros líderes seguirem (FUNK, 2020).

3. METODOLOGIA

Este trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa teórica de caráter descritivo de maneira que sejam analisadas as diferenças entre gestões femininas e masculinas mediante o orçamento público municipal e compreender se a pandemia teve influência na maneira com que os gastos foram alocados.

No intuito de realizar o levantamento de dados reais, foram obtidos dados da base do FIMBRA, que traz as alocações de despesas anuais dos municípios. Os dados foram coletados tendo o objetivo de encontrar as despesas executadas para cada ano e ano pandêmico, de forma que seja possível entender mudanças e variações nas mesmas. Neste cenário, o estudo foi realizado de forma qualitativo-quantitativo, a princípio com um levantamento dos gêneros que ocupam os cargos executivos e legislativos de cada município, sendo em seguida analisadas as despesas executadas nos anos de, 2020 e 2021, o que corresponde a anos com gestões diferentes.

A análise dos resultados buscou mensurar a diferença de gestão do orçamento público, com base na tese de Funk e Philips (2019), estabelecendo uma comparação com os resultados de Pimenta e Vaz (2021) diante do contexto da pandemia do covid-19.

Foi identificado o panorama geral dos cargos e da presença feminina na gestão dos municípios, passando pela quantificação quanto a destinação de recursos orçamentários para as questões tipicamente femininas, ou seja, interesses com pautas feminina identificadas por Funk e Philips (2019). Posteriormente, a comparativa entre a destinação de recursos orçamentários para questões específicas do período anterior e posterior à pandemia da COVID-19.

Dentre as funções de governo, as estudadas foram Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte e Lazer, Agricultura e Urbanismo, que são retratadas nos trabalhos mencionados e poderão trazer um melhor embasamento das temáticas aqui mencionadas.

3.1. AMOSTRA E OBJETO DE ESTUDO

A microrregião de Lavras – MG foi o objeto de estudo neste trabalho. A composição desta se faz pelos seguintes municípios: Lavras, Luminárias, Nepomuceno, Ingaí, Ijaci, Itumirim, Itutinga, Carrancas e Ribeirão Vermelho (IBGE, 2010). A pesquisa foi realizada por meio de uma amostra não probabilística por tipicidade, que parte de uma amostragem subjetiva ou por julgamento, sendo que não se utiliza das amostras de forma aleatória, no entanto a

seleção tem base em informações disponíveis e que sejam consideradas como representativas da população (BAUREN, 2004).

O objeto do estudo serão os gastos orçamentários das prefeituras desta região nos anos de 2020 e 2021. Sendo que, na análise em relação aos cargos políticos, todos os municípios serão analisados, assim como os dados dos municípios na questão orçamentária. A tabela 1, refere-se a coleta de dados dos municípios referentes ao estudo de estimativa do IBGE.

Tabela 1 – Coleta de Dados (IBGE,2023)

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE HABITANTES (2021)	PIB PER CAPITA (2020)	ÁREA TERRITORIAL KM (2021)	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) ANOS INICIAIS E FINAIS DA REDE PÚBLICA (2021)
Lavras	105.756	25.560,18	564,744	5,9/5,1
Luminárias	5.431	20.058,07	500,143	6,5/ 5,0
Ingai	2.785	33.915,54	305,591	-/ 4,4
Carrancas	3.948	27.711,13	727,894	-/-
Nepomuceno	26.882	20.088,22	582,553	5,6/4,9
Ijaci	6.667	60.274,43	105,246	-/-
Ribeirão Vermelho	4.061	27.918,18	49,251	5,7/3,9
Itumirim	5.978	13.159,96	234,802	5,6/4,8
Itutinga	3.749	38.742,41	372,018	-/-

Fonte: Adaptado de Coleta de dados (IBGE,2023)

De acordo com a Tabela 1, que possui dados do IBGE, é possível notar que Lavras é o município com maior número de habitantes. E Ijaci, por sua vez, está entre as cidades que permanece sendo o município com maior PIB per capita. Luminárias, se destaca pela educação e Nepomuceno, por fim, vem como segundo colocado no quesito habitantes.

3.2. COLETA E ANÁLISES DE DADOS

A coleta de dados foi realizada mediante a pesquisa nos sites das prefeituras e no site do FINBRA (Finanças dos Municípios) do portal SICONFI. A princípio, a busca foi por informações sobre mulheres perfeitas e/ou vice-prefeitas; e de como é composta a mesa do legislativo na microrregião.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por meio da Tabela 2 é possível observar o percentual de mulheres que atuavam nos cargos de prefeita, vice-prefeita e vereadoras no período de 2020 e 2021. Faz-se possível notar a diferença entre os dados nas gestões que se encerraram no ano de 2020 frente às gestões que iniciavam mandato no ano de 2021.

Tabela 2 – Número de mulheres prefeitas e vereadores em porcentagem relativos aos anos de 2020 e 2021 mm

MUNICÍPIOS	MULHER PREFEITA 2020/2021	VICE PREFEITA 2020/2021	PORCENTAGEM DE MULHERES VEREADORAS 2020/2021
Lavras	Não/Sim	Não/Não	17,64% /29,41%
Luminárias	Não/Não	Não /Não	11,1% /22,2%
Ingai	Não/Não	Não/Não	0%/33,3%
Carrancas	Não/Não	Não/Não	44%/33,3%
Nepomuceno	Sim/Sim	Não/Não	0%/36,36%
Ijaci	Não/Não	Não/Sim	0%/11,1%
Ribeirão Vermelho	Sim/Não	Não/Não	11,1%/22,2%
Itumirim	Não/Não	Não/Sim	0%/11,1%
Itutinga	Não/Não	Não/Não	0%/0%

Fonte: Adaptada Pimenta e Vaz, (2021)

Desta forma, é possível notar que embora o número de mulheres prefeitas, vices prefeitas e vereadoras tenham aumentado de maneira geral na região, ainda sim, é um número relativamente pequeno em relação ao de homens ocupando os cargos. No município de Itutinga, por exemplo, não havia mulheres no legislativo no ano de 2020 e mantendo-se o quadro no ano de 2021.

Os dados da execução orçamentária dos municípios que compõem a amostra foram analisadas individualmente nas seções a seguir.

4.1. ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE LUMINÁRIAS

Em relação aos resultados orçamentários em que as prefeituras prestam ao FINBRA, o primeiro município analisado foi Luminárias, o qual é representado na Tabela 3 com os números do ano de 2020 em uma gestão que geriu metade de uma pandemia e 2021 que foi governada por outra gestão, isto porque, o ano de 2020 foi composto por ano eleitoral, desta maneira o ano de 2021 obteve mudanças em sua gestão, assim como os demais 8 municípios.

Tabela 3 – Despesa empenhada *per capita* por função de governo no município de Luminárias-MG no período 2020-2021.

FUNÇÃO DE GOVERNO	ORÇAMENTO 2020	ORÇAMENTO 2021
Assistência Social	111,97	108,92
Saúde	902,08	1.211,26
Educação	827,47	953,61
Urbanismo	954,62	416,72
Agricultura	11,41	19,94
Lazer e esporte	6,33	10,46
Despesas exceto intraorçamentária	3.738,01	3.717,85

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

De maneira geral, é possível notar que os orçamentos mantêm um equilíbrio quanto aos gastos, a diferença mais notável é em relação a saúde, levando em consideração que 2021 foi um ano inteiro pandêmico, justificando o aumento nos gastos. No entanto, no total houve até uma baixa no que foi gasto, isto porque os gastos com Urbanismo foram menores em relação ao ano de 2021, equilibrando o resultado final. Importante ressaltar que embora sejam gestões diferentes, ambas foram executadas por homens.

4.2. ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE LAVRAS

A tabela 4 exemplifica os dados coletados da maior cidade da microrregião no quesito número de habitantes, sendo assim, a análise em questão de números é discrepante em relação ao demais, em relação a números totais, no entanto os dados serão analisados de forma que a despesa empenhada seja vista de forma *per capita*, ou seja, o valor gasto por habitante, possibilitando uma visão menos discrepante em relação aos dados. Diferente do município anterior, Lavras foi governada por uma gestão masculina (2020) e uma feminina (2021) consequentemente.

Tabela 4 - Despesa empenhada *per capita* por função de governo no município de Lavras-MG no período 2020-2021.

FUNÇÃO DE GOVERNO	ORÇAMENTO 2020	ORÇAMENTO 2021
Assistência Social	63,14	57,87
Saúde	1.141,67	1.156,03
Educação	603,01	742,49
Urbanismo	151,46	51,22
Agricultura	11,53	12,55
Lazer e esporte	5,76	3,52
Despesas exceto intraorçamentária	2.817,11	2.886,87

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Observando os dados, assim como deve acontecer na análise de todos os municípios, em razão da pandemia, os gastos com a saúde aumentaram, porém, como a gestão de 2021 era gerida por uma prefeita mulher, áreas tipicamente femininas como saúde e educação, obtiveram um investimento maior em relação ao ano de 2020, mantendo a afirmação didática do artigo realizado por Pimenta e Vaz (2021).

4.3. ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE IJACI

A tabela de número 5 traz os dados do município de Ijaci, o qual apesar de ser uma cidade de pequeno porte, ela possui o maior PIB per capita em relação aos demais municípios, como é exposto na tabela 1 anteriormente, isto acontece devido ao grande número de empresas grandes na cidade que faz com que este número seja elevado.

Tabela 5 - Despesa empenhada *per capita* por função de governo no município de IJACI-MG no período 2020-2021.

FUNÇÃO DE GOVERNO	ORÇAMENTO 2020	ORÇAMENTO 2021
Assistência Social	67,27	11,92
Saúde	1.208,22	628,74
Educação	922,52	152,59
Urbanismo	516,80	227,49
Agricultura	22,41	6,70
Lazer e esporte	33,80	11,02
Despesas exceto intraorçamentária	3.979,19	1.210,97

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

De acordo com os dados apresentados pelo FINBRA, Ijaci, diferente dos demais municípios até aqui apresentados reduziram, até mesmo na área da saúde, pelo combate à corona vírus. No entanto, a parte da agricultura foi uma área bem mais explorada financeiramente, assim o valor total em despesas exceto intraorçamentárias foi reduzido por bem menos que metade relacionando o ano de 2020 com o ano de 2021.

4.4. ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE NEPOMUCENO

Nepomuceno é o segundo município em relação ao número de habitantes, no entanto fica bem atrás de Lavras que ocupa o primeiro lugar em relação a esse dado. Tal município foi regido por gestões masculinas e femininas nos anos de 2020 e de 2021 consequentemente, assim

como em porcentagem foi o município que mais cresceu para com mulheres no campo do legislativo.

A Tabela 6 mostra os dados e será possível notar se houve mudanças devido ao crescimento das mulheres na gestão pública.

Tabela 6 - Despesa empenhada *per capita* por função de governo no município de Nepomuceno-MG no período 2020-2021.

FUNÇÃO DE GOVERNO	ORÇAMENTO 2020	ORÇAMENTO 2021
Assistência Social	97,69	99,17
Saúde	679,22	743,09
Educação	534,41	614,55
Urbanismo	363,25	411,17
Agricultura	32,82	49,04
Lazer e esporte	5,28	0,89
Despesas exceto intraorçamentária	2.458,89	2.721,88

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Em relação ao orçamento o saldo total aumentou de um ano para o outro, isto porque áreas com saúde, educação, assistência social, urbanismo e agricultura tiveram uma ascensão no ano de 2021, sendo que três delas são dadas como tipicamente femininas e a cidade é liderada por uma prefeita mulher, dados estes que se manterão em relação análise de Pimenta e Vaz (2021).

4.5. ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO VERMELHO

Se tratando de Ribeirão Vermelho, de acordo com a pesquisa de Pimenta e Vaz (2021) a cidade previa um orçamento a ser gasto maior nas áreas da saúde, educação e assistência social, na base de pesquisa e também trazida na Tabela 1 a gestão era feminina, reforçando mais uma vez a tese de Funk e Philips (2019) de que mulheres tendem a investir mais nessas áreas.

Tabela 7 - Despesa empenhada *per capita* por função de governo no município de Ribeirão Vermelho-MG no período 2020-2021.

RIBEIRÃO VERMELHO	ORÇAMENTO 2020 R\$	ORÇAMENTO 2021 R\$
Assistência Social	166,74	169,44
Saúde	1.526,78	1.743,84
Educação	704,85	848,33
Esporte e Lazer	-	1,61
Agricultura	0,21	25,28
Urbanismo	763,85	542,62
Despesas exceto intraorçamentária	4.215,80	4.246,68

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

No entanto, os dados dos anos seguintes mostram um equilíbrio dos gastos em ambos os anos, frisando o aumento na saúde e principalmente na agricultura quando a gestão passa a ser masculina, e tal área segundo Funk e Philips (2019) é dada como tipicamente masculina.

4.6. ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE ITUTINGA

O município de Itutinga, dentre todos é o único que não é composto por nenhuma mulher na gestão executiva e nem na legislativa, o mesmo não ocorreu nos anos anteriores.

Tabela 8 - Despesa empenhada *per capita* por função de governo no município de Itutinga-MG no período 2020-2021.

FUNÇÃO DE GOVERNO	ORÇAMENTO 2020	ORÇAMENTO 2021
Assistência Social	252,90	229,15
Saúde	1.480,17	1.449,28
Educação	874,58	1.088,13
Urbanismo	396,19	384,91
Agricultura	130,09	388,29
Lazer e esporte	7,54	42,31
Despesas exceto intraorçamentária	4.942,40	4.915,52

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Desta forma, não houve mudanças significativas no valor total das despesas, sendo que apenas algumas áreas tiveram pequenas trocas em relação aos valores empenhados, o qual é um dos objetos de estudo.

4.7. ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE ITUMIRIM

Embora Itumirim não seja governada por uma prefeita mulher, o município conta com um toque feminino no cargo de vice prefeita nos dias de hoje. Desta forma, a tabela 9 traz os dados para o cruzamento das informações entre os anos estudados.

Tabela 9 - Despesa empenhada *per capita* por função de governo no município de Itumirim-MG no período 2020-2021.

FUNÇÃO DE GOVERNO	ORÇAMENTO 2020	ORÇAMENTO 2021
Assistência Social	68,58	70,43
Saúde	1.010,19	1.180,15
Educação	472,64	578,24
Urbanismo	338,60	291,85
Agricultura	23,85	16,48

Lazer e esporte	9,48	19,93
Despesas exceto intraorçamentária	2.455,85	2.804,55

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Como é possível notar, dentre todos os municípios analisados Itumirim foi a cidade que teve um aumento em todas as áreas consideradas tipicamente femininas, e uma baixa nas consideradas masculinas, o que resultou no aumento total das despesas.

4.8. ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE INGAÍ

O município é o menor no quesito habitantes, embora não haja mulheres prefeitas vices nas últimas gestões, em relação à pesquisa de Pimenta e Vaz (2021), a parte de gestão legislativa saiu de 0% para 33,33% atualmente.

Tabela 10 - Despesa empenhada *per capita* por função de governo no município de Ingaí-MG no período 2020-2021.

FUNÇÃO DE GOVERNO	ORÇAMENTO 2020	ORÇAMENTO 2021
Assistência Social	202,72	179,85
Saúde	1.975,88	2.246,91
Educação	870,72	1.006,83
Urbanismo	4,27	25,46
Agricultura	109,91	132,45
Lazer e esporte	837,98	488,94
Despesas exceto intraorçamentária	5.731,24	5.907,45

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Com base na análise, a gestão manteve as áreas como Saúde, Assistência Social e Educação dentro dos parâmetros de um ano para o outro, com exceção da saúde, o que se justifica pela alta da pandemia no ano de 2021. Em contrapartida, houve um aumento significativo na área de esporte e lazer, bem como a agricultura, o que gerou aumento no valor total das despesas empenhadas.

4.9. ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE CARRANCAS

O município de Carrancas, assim como a maioria dos municípios possui uma gestão masculina, o que se mantém por alguns anos, o que justifica a aplicação dos orçamentos de forma equilibrada, isto levando em consideração os estudos em que o trabalho vem sendo analisado.

Tabela 11 - Despesa empenhada *per capita* por função de governo no município de Carrancas-MG no período 2020-2021.

FUNÇÃO DE GOVERNO	ORÇAMENTO 2020 R\$	ORÇAMENTO 2021 R\$
Assistência Social	161,66	205,49
Saúde	1.501,09	1.530,70
Educação	785,29	1.021,98
Esporte e Lazer	20,74	5,70
Agricultura	129,87	252,30
Urbanismo	451,52	1.021,98
Despesas exceto intraorçamentária	4.479,44	5.830,31

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Como supracitado, os valores empenhados em ambos os anos não tiveram muitas mudanças.

A Tabela 12 apresenta uma síntese dos valores orçamentários executados por função de governo nos municípios que compõem a amostra analisada neste estudo.

Tabela 12 - Despesas empenhadas nos municípios nos anos de 2020 e 2021, exemplificando as funções de governo sendo femininas ou masculinas.

Ano	Prefeito / Prefeita	Município	08 - Assistência Social	10 - Saúde	12 - Educação	15 - Urbanismo	20 - Agricultura	27 - Desporto e Lazer	Despesas Exceto Intra-orçamentárias
2020	Prefeita	Prefeitura Municipal de Nepomuceno - MG	97,69	679,22	534,41	363,25	32,82	5,28	2.458,89
	Prefeita	Prefeitura Municipal de Ribeirão Vermelho - MG	166,74	1.526,78	704,85	763,85	0,21	-	4.215,80
	Prefeito	Prefeitura Municipal de Ingaí - MG	202,72	1.975,88	870,72	837,98	109,91	4,27	5.731,24
	Prefeito	Prefeitura Municipal de Luminárias - MG	111,97	902,08	827,47	954,62	11,41	6,33	3.738,01
	Prefeito	Prefeitura Municipal de Carrancas - MG	161,66	1.501,09	785,29	451,52	129,87	20,74	4.479,44
	Prefeito	Prefeitura Municipal de Itumirim - MG	68,58	1.010,19	472,64	338,60	23,85	9,48	2.455,85
	Prefeito	Prefeitura Municipal de Ijaci - MG	68,31	1.208,22	922,52	516,81	22,42	33,81	3.979,19
	Prefeito	Prefeitura Municipal de Itutinga - MG	252,90	1.480,17	874,58	396,19	130,09	7,54	4.942,40
	Prefeito	Prefeitura Municipal de Lavras - MG	63,14	1.141,67	603,01	151,46	11,53	5,76	2.817,11

Prefeita	Prefeitura Municipal de Nepomuceno - MG	99,17	743,09	614,55	411,17	49,04	0,89	2.721,88
Prefeito	Prefeitura Municipal de Ribeirão Vermelho - MG	169,44	1.743,84	848,33	542,62	25,28	1,61	4.246,68
Prefeito	Prefeitura Municipal de Ingaí - MG	179,85	2.246,91	1.006,83	488,94	132,45	25,46	5.907,45
Prefeito	Prefeitura Municipal de Luminárias - MG	108,92	1.211,26	953,61	416,72	19,94	10,46	3.717,85
Prefeito	Prefeitura Municipal de Carrancas - MG	205,49	1.530,70	1.021,98	491,83	252,30	5,70	5.830,31
Prefeito	Prefeitura Municipal de Itumirim - MG	70,43	1.180,15	578,24	291,85	16,48	19,93	2.804,55
Prefeito	Prefeitura Municipal de Ijaci - MG	11,93	628,74	152,60	227,50	6,71	11,03	1.210,97
Prefeito	Prefeitura Municipal de Itutinga - MG	229,15	1.449,28	1.088,13	384,91	122,90	42,31	4.915,52
Prefeita	Prefeitura Municipal de Lavras - MG	57,87	1.156,03	742,49	51,22	12,55	3,52	2.886,87

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A Tabela 12, mostra todos os dados já mencionados em um parâmetro geral, de forma que o entendimento e a visão sobre os números de despesas gastas por avaliação per capita, e a amostragem de em quais municípios o governo era comandado por homens e por mulheres nos anos de 2020 e de 2021, facilitando o resultado final em relação as áreas estudas ao longo do trabalho.

Desta forma, de modo geral é possível notar que Nepomuceno é um município com gestão feminina em ambos os anos, e manteve as expectativas de investimentos quando se trata de áreas dadas como feminina. Já em Lavras, onde existe a diferença de gênero nos governos, o ano de 2021 foi mais assistido através do investimento em áreas como saúde e educação, levando em consideração que em 2020 o governo era masculino.

Em Ribeirão os dados se mantiveram relativamente iguais, mesmo que a questão de gênero estivesse envolvida.

No entanto é importante ressaltar mais uma vez que os dados são de anos em que o mundo de forma geral sofria uma crise sanitária e os investimentos na área da saúde eram

essenciais, independente da questão de gênero. O que de certa forma pode mascarar os reais resultados em relação aos investimentos em áreas tipicamente masculinas ou femininas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No intuito de estudar as características orçamentária dos municípios, o trabalho trouxe dados dos municípios da microrregião de Lavras, o qual é composta por nove municípios. Desta forma, buscou-se informações, a princípio sobre a quantidade percentual de mulheres no legislativo dessas cidades e se haviam mulheres como prefeitas e vice prefeitas.

Para que esses dados fossem encontrados, sites como IBGE e das câmaras e prefeituras municipais foram utilizados, assim como a questão orçamentária foi analisada através do site do FINBRA, onde, diferente dos dados do TCE, o mesmo traz dados totais, números gerais e sem especificidades em cada área estudada.

Com base nisso foi possível entender que a pandemia teve influência sob as aplicações dos gastos públicos, pois neste período a saúde era uma prioridade. Independente se a gestão era feminina ou masculina, pois o aumento se deu pela necessidade do momento vivido. Áreas como agricultura, esporte e lazer e urbanismo tiveram uma tendência a receber maior alocação de recursos quando verificou-se a gestão sendo realizada por prefeito do sexo masculino. Por outro lado, áreas como assistência social, saúde e educação em gestões femininas foram exploradas financeiramente.

O estudo apresenta como limitação do método de análise empregado a impossibilidade de afirmar, categoricamente, que as alterações ocorridas no orçamento dos municípios analisados resultam exclusivamente da gestão feminina ou masculina, sendo necessário um estudo mais aprofundado com a aplicação de modelos estatísticos mais robustos. Dessa forma, sugere-se como estudo futuro a realização desse tipo de análise.

Tendo em vista que a pesquisa foi realizada em um período de pandemia mundial, os resultados podem não ter sido tão claros em relação a real situação das diferenças entre gestões femininas e masculinas. Desta forma, projetos futuros podem usar os dados já utilizados neste trabalho, assim como outros parâmetros e medirem a questão orçamentária quando em mãos femininas, seja ela no legislativo ou no executivo, explorando de forma mais intensa a forma com que se é gerido os municípios em relação ao gênero e as execuções quanto as alocações orçamentárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Organização de Alexandre de Moraes**. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL. Lei Complementar 101. **Diário Oficial da União**, Brasília, 4 maio 2000.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. Campinas, 2001.

COUTINHO, R. Mulheres brasileiras em posições de liderança: Novas perspectivas para antigos desafios. **Economia Global e Gestão**, vol.16, n.1, 2011. pp.61-79.

FUNK, Kendall D. Local responses to a global pandemic: women mayors lead the way. **Politics & Gender**, Cambridge, July 2020.

FUNK, Kendall D.; PHILIPS, Andrew Q. Representative budgeting: Women mayors and the composition of spending in local governments. **Political Research Quarterly**, v. 72, n. 1, p. 1933, 2019.

GALETTI, Camila Carolina H. Feminismo em movimento: A Marcha das Vadias e o movimento feminista contemporâneo. **Anais do 18º Encontro da REDOR**. Recife: UFRPE, 2014.

LEONE. G.G. Curso de Contabilidade de Custos. São Paulo: ATLAS, 1997.

MEIER, Kenneth J.; FUNK, Kendall D. Women and public administration in a comparative perspective: The case of representation in Brazilian local governments. **Administration & Society**, 2017, 49.1: 121-142.

MONTEIRO, Kimberly Farias; GRUBBA, Leilane Serratine. A luta das mulheres pelo espaço público na primeira onda do feminismo: de sufragettes às sufragistas. **Direito e desenvolvimento**, v. 8, n. 2, p. 261-278, 2017.

PIMENTA, B. F. ; VAZ, Janderson M. . Mulheres Na Gestão Pública: Estudo do Planejamento do Orçamento Público Municipal sob um Viés de Gênero. In: **Xxiv Semead Seminários em Administração, 2021**, São Paulo. XXIV SEMEAD - Seminários em Administração, 2021.

SAFFIOTI, H. A Mulher na Sociedade de Classes – **Mito Realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 527 p.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral. Eleições 2022: mulheres são a maioria do eleitorado brasileiro. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Julho/eleicoes-2022-mulheres-sao-a-maioria-do-eleitorado-brasileiro>. Acesso: 23/02/2023

SOARES, C.; MELO, H.; BANDEIRA, L. O trabalho das mulheres brasileiras; uma abordagem a partir dos censos demográficos de 1982 a 2010. In: O Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 19, **ABEP, São Pedro- SP**, 24 a 28 Nov. 2014.

WOLFF, Cristina Scheibe; SILVA, Janine Gomes da; DE OLIVEIRA, Núcia AS. Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul: perspectivas recentes. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 3, p. 861-866, 2015.